



Projeto Grãos em Movimento apresenta narrativas de Armínio Kaiser

Queima de Café

“Campo de queima de Arapongas
22 e 24 de junho de 1961”

São estas as únicas informações que constam nos envelopes que continham os negativos das fotografias, as quais foram tiradas “en passant” quando me dirigia às propriedades agrícolas para prestar assistência técnica.

Sondando minha memória, após mais de meio século, veio a lembrança que consistiam de cafés de baixa qualidade adquiridos pelo governo através do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Não tenho condições de informar qual a portaria que determinou não só sua aquisição como a sua queima.

Lembro-me vagamente que as Indústrias Matarazzo chegaram a adquirir um terreno ao lado do Armazém do IBC em Arapongas no intuito de proceder um aproveitamento industrial, o que não ocorreu.

Tive notícia que o então presidente Jânio Quadros determinou a queima porquanto este café estava tomando espaço que seria melhor aproveitado para estocar cafés de boa qualidade.

Embora nunca tenha tido uma confirmação confiável, soube verbalmente que se tratava de cerca de 10.000.000 de sacas de 60kg.

A queima ficou protegida noite e dia, por destacamento do exército, para evitar saques de transeuntes, e impedir que esses cafés entrassem indevidamente no mercado.

Agora não tenho mesmo a quem indagar porque os funcionários que participaram da

compra, estocagem e remoção para o local da queima tomaram destinos diversos, ou já entraram no reino das trevas.

De qualquer maneira não faz sentido algum produzir café de baixa qualidade para ser adquirido com dinheiro público e depois ter outra despesa na incineração.

Já comentei que loucuras semelhantes induziram a insana posterior tarefa de organizar o caos.

Recordo-me que em uma palestra para estudantes secundaristas enfocava eu a queima, nos anos 30, de quase 80.000.000 de sacas de café para manter o preço, quando fui abordado por uma estudante que me pareceu muito religiosa. Retrucou que a distribuição desta imensa quantia deveria ser dividida entre os mais carentes.

Ela ficou, como a maioria de outros participantes, chocada pela minha exposição de que essa solução seria ainda pior do que vender a produção a preços extremamente baixos, porque do contrário o café iria entrar no mercado de graça empurrando os preços ainda mais para baixo, lembrando que na economia de mercado o preço deve ser defendido a qualquer custo.

Ainda acrescentei que para sanar estas loucuras seria necessário um planejamento de toda a economia, mas isto certamente iria de encontro com interesses que não satisfeitos, boicotariam o bom senso usando a sua arma predileta: a corrupção.

Lembrei como a crise de 1929 teve origem numa época de grande euforia numa das mais desenvolvidas economias do mundo.



Projeto Grãos em Movimento apresenta narrativas de Armínio Kaiser

Queima de Café

Seguiu-se um bate boca e senti o quanto estavam me odiando.

Não era isto que queriam ouvir!

No início do governo de Jânio Quadros já se sentia o direcionamento para impulsionar a produção de melhores cafés pela diferença de preço na aquisição do IBC.

Despertou-se uma política para premiar os melhores cafés, não só quanto ao tipo, como quanto à bebida, e penalizar os de baixa qualidade.

Na primeira que me coube verifiquei, logo de início, que o interesse maior era o preço, sendo a melhoria do produto bem secundária.

Havia uma longa predominância de pequenos cafeicultores ao lado de maquinistas, isto é, os compradores que adquiriam o café em côco e após o benefício vendiam para torradoras, firmas exportadoras ou ao IBC.

De um lado a esperança na alvorada de um governo justo e honesto, cheio de esplendor, que propunha melhora dos preços. Por outro um grupo que não estava habituado a adquirir o café em côco diferenciando a qualidade, nem por tipo, nem bebida.

As diferenças de preços segundo a qualidade não iriam favorecer os interesses dos maquinistas, acostumados a uma única verificação concernente à quantidade de café em semente contida numa amostra tomada aleatoriamente.

A amostra continha 40g de café em côco que ao passar por uma operação especial quebrava todos os frutos secos e assim se poderia saber quantas gramas de sementes,

isto é, café propriamente dito, resultava da amostra.

Uma boa renda oscilava entre 24 e 26 gramas de sementes obtidas das 40g de café em côco. Uma renda razoável seria de 22 a 24 gramas, e uma sofrível, de 20 a 22g.

Era de praxe o maquinista cheirar, sempre antes de pesar, a amostra de café limpo pela justificativa de saber se o café não estaria mofado ou algum outro comprometimento quanto ao aroma.

Nesta ocasião acontecia com frequência de 2 ou 3 sementes serem recolhidas inadvertidamente na boca, reduzindo assim o peso da renda.

Os maquinistas argumentavam que a proposta de melhores preços não poderia ser observada e isso criou um reboliço entre os pequenos cafeicultores que se queixavam de estarem sendo continuamente explorados pelos maquinistas.

Criou-se um atrito entre eu e os maquinistas. Um deles, no claro intuito de me desmoralizar como funcionário do IBC, proclamou que nós éramos um bando de corruptos, uma vez que já se fez passar café de baixa qualidade como se fosse de qualidade superior.

Num impulso incontrolado berrei: Prendam este homem! Ele é perigoso! É um corruptor confesso. Acabou de confessar na frente de vocês cafeicultores. Vocês são testemunhas disto!

Formou-se uma balburdia até que um participante se destacou e se apresentou como advogado e cafeicultor. Protestou que



Projeto Grãos em Movimento apresenta narrativas de Armínio Kaiser

Queima de Café

tinha vindo saber o que poderia fazer para melhorar o seu café.

Prossegui a palestra com certo receio de que não iria sair vivo, embora com a suspeita de que a presença de um advogado tinha serenado os ânimos.

O temor só foi arrefecido quando já me encontrei livre de Jaguatitã.

Quanto ao advogado-cafeicultor, não sei quem era nem nunca soube por que ele interferiu a meu favor.

Quanto ao governo de Jânio Quadros, todos sabem como e quando acabou.

Seguiu-se Jango Goulart, que em 02 de março de 1963 estendeu ao trabalhador rural os mesmos direitos dos da indústria urbana.

Lembro-me que após o golpe de 1964 houve expectativas que o governo militar iria revogar esta iniciativa, mas tal não ocorreu porque esta lei trabalhista serviria para esvaziar manifestações que encorajassem a formação de ligas camponesas.

De volta ao assunto, quem passasse entre Arapongas e Sabáudia no mês de junho de 1961 assistiria um espetáculo inédito. Um mundaréu de café pegando fogo. Falaria-se em 10.000.000 de sacas de café virando cinzas.

Eram de má qualidade e estavam tomando espaço precioso em um armazém do IBC. Corria a notícia que a indústria Matarazzo estaria interessada na aquisição daquele café para extrair óleo e que não havendo acordo, Jânio Quadros teria ordenado a queima.

De qualquer maneira não faz sentido produzir café ruim para ter uma despesa de incinerar. Resta a indagação: o destino das cinzas. Eram ricas em potássio!





Projeto Grãos em Movimento apresenta narrativas de Arminio Kaiser

Queima de Café

